

AÇÃO DE TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE

AUTOR: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

RÉU: _____

CNPJ/CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

I – DOS FATOS

O Autor vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 300 do Código de Processo Civil,

requerer a presente tutela cautelar antecedente, em face do Réu, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

II – DO DIREITO

O pedido de tutela cautelar antecedente encontra amparo legal nos artigos 294 a 311 do Código de Processo Civil,

sendo imprescindível para assegurar a eficácia do provimento final, evitando dano irreparável ou de difícil reparação.

Verifica-se a presença dos requisitos autorizadores:

- a) Fumus boni iuris (fumaça do bom direito): demonstração clara e plausível do direito alegado;
- b) Periculum in mora (perigo da demora): risco de dano grave ou de difícil reparação caso a tutela não seja concedida.

III – DA NECESSIDADE DA TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE

Considerando a urgência e o risco iminente de dano irreparável, faz-se necessária a concessão da tutela cautelar para resguardar a eficácia do direito vindicado na ação principal que será proposta oportunamente.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

1. A concessão da tutela cautelar antecedente, inaudita altera parte, para que seja determinado que:

2. A intimação do Réu para, querendo, apresentar contestação no prazo legal;
3. A condenação do Réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios;
4. A confirmação da tutela cautelar na sentença de mérito da ação principal;
5. A designação de audiência de justificação, se necessário.

V – DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer o Autor, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil, a concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser pessoa pobre na acepção jurídica do termo, não podendo arcar com as custas do processo sem prejuízo do seu sustento e de sua família.

VI – DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A INICIAL

Junta o Autor os documentos que comprovam os fatos alegados, quais sejam:

- Documentos pessoais;
- Comprovante de residência;
- Provas que evidenciam o fumus boni iuris e periculum in mora;
- Procuração;
- Outros documentos pertinentes.

Nestes termos,
Pede deferimento.

_____, ____ de _____ de _____

Local

Data

Advogado(a)

OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://adv-modelo.com/tutela-cautelar-antecedente/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-modelos.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.